InterfacEHS
Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente

www.interfacehs.sp.senac.br
http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/resenhas.asp?ed=4&cod_artigo=72

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados.Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

2007 STATE OF THE WORLD: OUR URBAN FUTURE

Worldwatch Institution Report on Progress toward a Sustainable Society

New York & London: W. W. Norton, 2007. 250p.

Silvia Fazzolari Corrêa

Bióloga, Doutora em Ciências, Professora da Área de Meio Ambiente e Saúde do Centro Universitário Senac, Consultora em Avaliação e Planejamento Ambiental; silvia.fcorrea@sp.senac.br

WORLDWATCH INSTITUTE: O QUE É?

O Worldwatch Institute (WWI) é uma organização independente de pesquisa, cuja principal missão é trabalhar para o alcance de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável. Para tal, informa pessoas em todo o mundo sobre as complexas interações entre o homem, a natureza e a economia, através de análises acessíveis sobre questões globais críticas. O WWI enfoca as causas subjacentes e soluções práticas para problemas mundiais, com o intuito de inspirar populações a demandar novas políticas, padrões de investimentos e alternativas de modos de vida.

Desde a publicação do primeiro *Worldwatch Paper*, em 1975, o Instituto ampliou a discussão sobre assuntos ambientais e sociais, analisando-os sob uma perspectiva global e interdisciplinar. A partir daí, publica diferentes periódicos, entre os quais se destaca o livro anual *Estado do mundo*, cujo primeiro volume foi editado em 1984, em resposta à crescente demanda por pesquisas orientadas para as políticas sócio-ambientais e econômicas.

Essa série visa acompanhar o progresso geral de sociedades na direção da sustentabilidade, monitorando as mudanças na base global de recursos (terra, água, energia e sistemas biológicos de suporte) e como tais mudanças afetam a economia. De outro lado, levanta processos alternativos exitosos no enfrentamento de problemas, adotados nas mais variadas regiões do mundo, que servem de exemplos para a tomada de decisão.

Em 1984, estavam na pauta do *Estado do mundo* temas como a estabilização da população, a redução da dependência do petróleo, o desenvolvimento de energias renováveis e a garantia dos suprimentos de alimentos, entre outros. Esses assuntos já eram preocupantes há mais de vinte anos, e estão presentes atualmente em todas as formas de mídia, após a constatação da responsabilidade humana sobre o aumento da camada de gases do efeito estufa e suas conseqüências extremamente adversas aos sistemas vigentes.

Ao entrar em sua terceira década, o *Estado do mundo* teve uma edição especial: “A sociedade do consumo” (2004), em que se examinou como nós consumimos, por que consumimos e quais impactos as nossas escolhas de consumo têm sobre o planeta e sobre nossos colegas humanos.

Em 2005, as pesquisas do WWI exploraram as origens subjacentes da insegurança global, apontando por que o terrorismo é apenas um sintoma de um conjunto

muito mais amplo e complexo de problemas que requer mais do que uma resposta militar. Foram evidenciadas as implicações oriundas da pobreza, das doenças infecciosas e da degradação ambiental, e a crescente competição por petróleo e outros recursos.

No atual cenário de desenvolvimento, destacam-se a China e a Índia, por suas elevadas taxas de crescimento econômico e populacional. O *Estado do mundo* de 2006, considerando que esses países são grandes consumidores de recursos e geradores de resíduos poluentes, explica a necessidade de ambos adotarem tecnologias de ponta e novas políticas para salvaguardar a sustentabilidade global, e mostra algumas estratégias que a China e a Índia já começaram a implementar.

O volume de 2007, "Nosso Futuro Urbano", enfoca os incontáveis modos como a urbanização afeta nossas vidas e o meio ambiente global. Também traz à tona idéias que podem tornar as cidades ambientalmente sustentáveis e mais saudáveis para se viver.

NOSSO FUTURO URBANO: COMO SERÁ?

Em algum momento de 2008, de acordo com as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU), mais da metade da população mundial estará concentrada nas áreas urbanas. Foram necessários cerca de 11 mil anos, desde as primeiras aglomerações humanas resultantes do desenvolvimento de atividades agropecuárias, para que esse contingente de 3,2 bilhões de pessoas se estabelecesse em cidades.

E as cidades têm crescido extraordinariamente rápido. Em 1950, apenas Nova York e Tóquio possuíam mais de 10 milhões de habitantes; atualmente, há 20 mega-cidades, grande parte na Ásia e na América Latina. Por volta de 2015, serão 377 cidades com populações entre um e cinco milhões de pessoas, das quais 253 apenas na Ásia; em 2030, calcula-se que quatro em cinco moradores urbanos estarão no que hoje chamamos de países em desenvolvimento.

Esse acentuado crescimento urbano no mundo em desenvolvimento invoca desafios consideráveis, posto que aproximadamente um bilhão de pessoas já vivem em favelas ou assentamentos precários, sem uma ou mais de suas necessidades básicas atendidas: água limpa, saneamento, espaço de vida suficiente, moradias duráveis e garantia de posse.

Os desafios são equivalentes ao nível de atividade econômica das cidades. Naquelas onde predomina a baixa renda, os habitantes enfrentam problemas ambientais

©INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Resenha 2, ago 2007
www.interfacehs.sp.senac.br

cotidianamente, enquanto residentes urbanos com maior rendimento causam problemas ambientais que não são vivenciados por eles rotineiramente. Um estudante universitário em Denver, Colorado, contribui mais para o aquecimento global ao dirigir seu carro todos os dias para ir ao *campus* do que um estudante que pega o ônibus diariamente para ir à Universidade dos Andes, em Bogotá, Colômbia. Experiências individuais como essa correspondem a diferenças estatísticas entre cidades de baixo, médio e alto rendimento.

Paradoxalmente, as cidades com médio e alto rendimento têm perdido sua visão de natureza, justamente quando aumentam sua dependência dela, em razão do crescimento do consumo e da globalização. Mercados cada vez mais amplos conseguem superar uma quebra de safra em determinada região comercializando o mesmo produto de outra fonte; assim, o consumidor urbano fica distante das variações da produção. Ao mesmo tempo, tem-se uma erosão das características distintivas das cidades, já que, à medida que se tornam mais prósperas, seus habitantes compram bens do mundo inteiro e investem em companhias globais.

Separar as cidades apenas pelo seu rendimento é uma drástica simplificação. Uma diferença fundamental é o desequilíbrio na distribuição de renda, o que não é contemplado quando se enfoca apenas a renda média. Além desse fator, o desenvolvimento histórico de variadas comunidades mostra que ser pobre não significa, necessariamente, ter altos riscos à saúde e más condições ambientais, como demonstram algumas bem-sucedidas experiências de organização comunitária em um pequeno número de favelas.

Ainda assim, cidades pobres cujas populações aumentam desenfreadamente, *grosso modo* têm de enfrentar a piora nas condições ambientais e de saúde, geralmente sem a equivalente melhoria do rendimento local. Elas podem não ser capazes de arcar com os altos custos de soluções a longo prazo, como sistemas de tratamento de água para abastecimento e coleta de esgoto espalhados por toda a cidade.

Para populações pobres, os serviços da natureza, como a produção de água, por exemplo, são caros e difíceis de obter. Um levantamento da Organização Mundial de Saúde, em 2000, feito em 116 cidades da África, mostrou que apenas 43 por cento da população tem água encanada. E essa fração está declinando, à medida que mais pessoas se estabelecem nas áreas urbanas e que há incapacidade de aumentar os serviços de abastecimento, por razões diversas como falta de manutenção dos sistemas, corrupção e exaustão das fontes por super-exploração. Ainda assim, pessoas continuam precisando de água para beber, cozinhar, lavar e se banhar.

Sob esse ângulo, as cidades parecem ser o problema, e não a solução: o número de pessoas em favelas aumenta consideravelmente e a poluição industrial das economias em rápido crescimento deteriora a água e o ar. Ainda assim, o fluxo migratório para as cidades não vai parar ou sequer diminuir, em parte porque as oportunidades econômicas são melhores nas cidades, mesmo para a maioria dos pobres.

Em outra perspectiva, a urbanização pode propiciar oportunidades cruciais para harmonizar padrões de vida com os ritmos da natureza. As cidades oferecem economia de escala para a reciclagem de água e materiais, e para o uso eficiente de energia. Ainda hoje, cidades ricas usam recursos de forma insustentável, enquanto o alto consumo está longe do alcance dos moradores de favelas. Assim, achar modos de criar melhores assentamentos urbanos em todas as sociedades é ponto fulcral para o desenvolvimento sustentável.

Um dos principais enfrentamentos necessários é considerar os chamados 'problemas dos comuns' (tragédia dos comuns)[1] para o gerenciamento efetivo dos ecossistemas que dão suporte às cidades. Há poucos limites para aquilo que pode ser alcançado quando pessoas trabalham juntas para seu benefício mútuo.

Desde 1800 as pessoas têm formado cooperativas com o intuito de preencher uma vasta gama de necessidades locais. Cooperativas de produtores, consumidores, trabalhadores e de âmbito social existem em praticamente todos os países. Considerando o crescimento da urbanização, as cooperativas constituem importante estratégia baseada na comunidade para reduzir a pobreza.

Nas cidades, as cooperativas de trabalhadores – negócios pertencentes e controlados pelos empregados – são a forma mais comum. Geralmente criadas com o intuito de gerar empregos para si mesmos e para suplantar barreiras do mercado de trabalho, tais como preconceitos de raça, gênero ou etnia, as cooperativas historicamente têm conseguido não apenas ultrapassar a pobreza de seus cooperados, mas também manter o crescimento de vantagens econômicas que não seriam alcançadas individualmente. Somado a isso, as cooperativas exercem importante papel no fortalecimento dos tecidos sociais locais, construindo coesão entre os membros da comunidade e melhor equilíbrio na distribuição dos recursos. Em grande parte, o meio ambiente atinge melhorias significativas, em conseqüência do aumento da qualidade de vida.

Organizações comunitárias têm conseguido, muitas vezes, suprir alguns serviços sociais e públicos; por exemplo, uma organização não-governamental do Paquistão, o

©INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Resenha 2, ago 2007
www.interfacehs.sp.senac.br

Projeto Piloto Orangi, conseguiu demonstrar que é possível instalar bons serviços de esgotos individualizados para cada casa, mesmo em cidades de baixa renda, com pleno retorno do investimento. Essa ONG foi formada em 1980, para dar suporte a novos modelos de infra-estrutura e serviços na comunidade de Orangi, um grande adensamento de habitações informais em Karachi, que tem agora cerca de 1,2 milhão de habitantes. Desde então, seu trabalho se expandiu para outras áreas de Karachi, e dá assistência a várias organizações parceiras que trabalham em outros centros urbanos do Paquistão.

Dar voz aos pobres para solucionar questões locais é um grande passo para conquistar as necessidades básicas do presente, um dos dois critérios para o desenvolvimento sustentável. Porém, a sustentabilidade a longo prazo requer mais: é preciso mover instituições e infra-estrutura para formatos que também protejam a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades. Existem iniciativas promissoras principalmente em países de alta renda, mas ainda há muito por fazer.

A despeito dos obstáculos, a energia e a criatividade nas cidades geraram inovações desafiadoras, muitas das quais se espalharam de um lugar para outro ou, em havendo abertura política, foram adotadas como políticas públicas. Um exemplo interessante foi a organização de federações de pobres urbanos, iniciada em Mumbai, Índia, no início da década de 1980, quando alguns líderes comunitários de favelas demonstraram a capacidade de seus grupos abaixarem custos e alcançaram mais pessoas com seu modo próprio de habitação e programas de serviços básicos. Também na década de 1980, uma outra inovação importante foi implementada na Tailândia, com a parceria entre ONGs e arquitetos da Autoridade Nacional de Habitação, os quais conseguiram organizar residentes de loteamentos informais que seriam despejados para negociar com os proprietários das terras que ocupavam; desta forma, os ocupantes puderam se estabelecer em parte da propriedade com a infra-estrutura adequada e garantia de posse, enquanto o restante pôde ser utilizado para a implantação de serviços, poupando ao proprietário anos em disputas e perdas de lucros. Uma terceira notável inovação foi o orçamento participativo, que começou em Porto Alegre, Brasil, quando o governo municipal, apoiado na Constituição de 1988, pós-ditadura, envolveu os pobres urbanos no estabelecimento de prioridades para os investimentos em nível comunitário. Estes três exemplos foram ampliados e expandidos, com conseqüências marcantes nas políticas públicas dos países de origem e também internacionalmente, como no caso do orçamento participativo.

Para o nosso futuro urbano, enfim, há necessidade de, pelo menos, três grandes mudanças. A primeira é reconhecer o papel das cidades não apenas como centros do capital, da informação, e das bases de corporações em um mundo globalizado, mas como locais onde habitam pessoas, grande parte em condições de pobreza. Nesse sentido, à medida que a população mundial se move para as cidades, as agendas dos governos nacionais, agências de ajuda, fundações, centros de pesquisa e grupos sem fins lucrativos devem refletir essa realidade.

A segunda grande mudança é a criação de modos sistemáticos para averiguar o progresso e medir a produção das cidades. Sem indicadores confiáveis e passíveis de comparação sobre a pobreza e as condições ambientais não se pode saber se há real progresso nem se pode comparar práticas e políticas diferentes. Esse desafio se faz notar na atual discussão sobre a eficiência de investimentos em variados projetos sócio-ambientais mediados por ONGs de diferentes envergaduras. A troca de informações é especialmente essencial entre aqueles que estão mais diretamente ligados à luta contra a pobreza urbana e entre os próprios pobres urbanos. É tempo de sair da posição NIMBY (*not in my backyard* = não no meu quintal) ou NOPE (*not on planet earth* = não no planeta terra) e reconhecer que todos os produtos secundários (*by-products*) acabam no quintal de alguém e na atmosfera que envolve a todos.

A terceira mudança básica relaciona-se às pessoas que estão em posições de poder, que precisam ouvir as porções mais vulneráveis da população, sobretudo jovens e mulheres. As cidades do futuro pertencem às crianças de hoje, embora os interesses dessas crianças ainda não estejam salvaguardados por esforços municipais. As cidades poderiam adotar programas que colocassem os jovens em contato com esportes e artes, por exemplo, onde pudessem desenvolver excelências e se sentir parte de alguma coisa que valha a pena. O Programa Afro-Reagge, no Rio de Janeiro, começou na favela Vigário Geral usando percussão, dança e canto que expressavam a realidade da comunidade para atrair os mais jovens, construir solidariedade e desenvolver análise crítica sobre sua situação. Esse trabalho ajudou a desbaratar uma guerra de drogas com a favela adjacente, e se espalhou por outras comunidades.

A menos que passemos da concepção de ‘nós’ como ‘eu e minha família’ para ‘nós’ como ‘minha comunidade, minha cidade, meu país, meu planeta’, a lacuna entre as metas de desenvolvimento e a sustentabilidade continuará a crescer.

©INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Resenha 2, ago 2007
www.interfacehs.sp.senac.br

Nas palavras da anciã aborígene australiana Lilla Watson: “Se você veio para me ajudar, você está desperdiçando seu tempo. Mas se você veio porque sua liberdade se coaduna à minha, então vamos trabalhar juntos”.

NOTA

[1] A ‘tragédia dos comuns’ é um tipo de armadilha social que envolve o conflito sobre recursos entre interesses individuais e o bem comum. O termo deriva originalmente de um texto de William Forster Lloyd sobre população, de 1833, e tornou-se amplamente conhecido graças a um ensaio de Garrett Hardin publicado na revista *Science*, em 1968.